

## **A expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) como empreendimentos regionais no Brasil – uma discussão a partir do uso de metáforas**

Wellington Tischer<sup>1</sup>  
Valerio Alecio Turnes<sup>2</sup>  
Isa de Oliveria Rocha<sup>3</sup>

**Resumo:** Pretende-se discutir as principais metáforas relacionadas à interiorização de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil encontradas em fontes documentais e bibliográficas entre os anos de 2015 e 2020. Os termos *Torres de marfim*, *Castelos dos saberes*, *Elefantes brancos*, *Catedrais no deserto* e *Fábricas sem chaminés* foram agrupados para discussão sobre o empreendimento universitário como motor de desenvolvimento regional no interior do país a partir dos anos 2000. A expansão universitária pública e privada resgata novas e velhas metáforas para designar uma postura diante da ciência, da instituição, sua localização e infraestrutura no território. Como resultados finais são apresentadas interpretações da ênfase, objetivos e contrapontos da crítica, sem a pretensão de superá-las, mas de qualificar o debate sobre a expansão e interiorização do ensino superior no Brasil.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Instituição de Ensino Superior. IES. Metáforas. Infraestrutura. Localização. Desenvolvimento Regional.

## **The expansion of Brazilian Higher Education Institutions (IES) as regional enterprises – a discussion based on the use of metaphors**

**Abstract:** This article aims to discuss some metaphors related to the Brazilian expansion of Higher Education Institutions (HEIs) found in documentary and bibliographic sources between 2015 and 2020. The terms *Ivory towers*, *Castles of knowledge*, *White elephants*, *Cathedrals of the desert* and *Factories without chimneys* were grouped to discuss the university enterprise as a motor for regional development in the interior of the country from the 2000s onwards. Public and private university expansion brings to fore new and old metaphors to designate a posture towards science, the institution, its location, and infrastructure in the territory. As final results, interpretations of the emphasis, objectives, and counterpoints of the criticism are presented, without the intention of overcoming them, but to qualify the debate of the Brazilian HEIs expansion.

**Keywords:** Higher Education. Higher Education Institution. HEI's. Metaphors. Infrastructure. Location. Regional Development.

---

submetido em 06.06.2020; aprovado em 03.07.2020

---

<sup>1</sup>Doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental na UDESC. Servidor público arquiteto e urbanista da UFFS. e-mail: wellington.tischer@outlook.com

<sup>2</sup>Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – PPGPLAN; e-mail valerio.turnes@yahoo.com.br

<sup>3</sup>Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (PPGPLAN); e-mail: isa.rocha@udesc.br

## Introdução

As Instituições de Ensino Superior (IES) são chamadas a contribuir com as regiões onde se inserem, para além da função de formação profissional, em que pese a diversidade de centros, universidades, faculdades e institutos presentes no território, seu porte, prestígio e organização administrativa, pública ou privada. No contexto de expansão de novas instalações universitárias, *campi*, cursos superiores de graduação, pós-graduação, vagas e matrículas a partir dos anos 2000, as IES receberam inúmeros atributos como “motores” capazes de dinamizar regiões e localidades alcançando municípios estagnados economicamente.

Araújo (1997) já apontava para a grande seletividade nos investimentos no país e a tendência de localização desses em infraestrutura econômica e no desenvolvimento científico e tecnológico por meio de *novos elementos* portadores de capacidade de atração para atividades industriais por conta da presença de centros de ensino e pesquisa científica e tecnológica.

A capacidade de gerar impactos pelas IES, que é, em geral, positiva (ROLIM; SERRA, 2009), tem sido objeto de discussão científica com relação à implantação de novos *campi*. Porém, parte da literatura tem se debruçado, também, sobre os impactos negativos da instalação de IES no recente período expansivo.

Como impactos positivos consideram-se:

- a) os impactos de curto prazo na renda das famílias e nas economias locais, ainda que mais intenso em microrregiões e em municípios menos populosos (VINHAIS, 2013);
- b) uma capilaridade privada de instituições de pequeno porte no interior com desempenho de indicadores socioeconômicos superiores em municípios com *campus* se comparados aos municípios que não possuem *campus* (ABMES, 2014);
- c) parcerias interinstitucionais e comutação de infraestrutura para atendimento da pós-graduação (DANTAS; CLEMENTINO, 2014);
- d) diminuição de processos de emigração e aumento da migração de retorno para regiões desassistidas (FUSCO; OJIMA, 2017);
- e) desconcentração do portfólio de investimentos de fomentadoras de pesquisa e produção científica e instalações laboratoriais (DINIZ; VIEIRA, 2015; COELHO, 2017; VIEIRA, 2017);
- f) melhora no desempenho do ensino básico através da qualificação e capacitação de professores (DE CASTRO et al., 2018);
- g) investimentos em infraestrutura local, custeio e massa salarial significativa em cidades médias com parque industrial dinâmico, gerando aumento no Produto Interno Bruto (FERREIRA; SANTOS, 2018);

- h) efeitos multiplicadores a partir da implantação com os gastos locais de servidores e estudantes intensificados por projetos de extensão (OLIVEIRA JÚNIOR, 2019b);
- i) aumento de receita tributária do município, que passa a depender menos de repasses de receita em nível federal (DA SILVA; MONTENEGRO; AGRA, 2019);
- j) melhoria nos indicadores de vulnerabilidade social e desenvolvimento humano de estados e regiões historicamente desassistidas e atendidas pelas políticas de expansão da oferta pública como as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste (POCHMANN; DA SILVA, 2020).

Por outro lado, como impactos negativos, alguns autores destacam:

- a) o superdimensionamento de vagas no setor privado com relação à demanda existente (MARQUES; CEPÊDA, 2012; QUEIROZ et al., 2013) e no setor público (BENATI et al. (2019);
- b) os *campi* do interior possuem menor porte e relativa fragmentação se comparados aos *campi* metropolitanos das IES públicas (DE BRITTO, 2014);
- c) os agentes públicos municipais passam a atuar em várias frentes para disputar IES públicas federais e estaduais (DANTAS; CLEMENTINO, 2014),
- d) ainda que o processo possa gerar solidariedade institucional (SANTOS; SILVEIRA, 2000);
- e) reposicionamento da oferta privada comunitária com segmentação por áreas de conhecimento a partir da expansão de oferta pública (BITTENCOURT et al., 2014);
- f) reconcentração de oferta em torno de grandes grupos empresariais competindo pela oferta em todas as escalas do território e uma necessidade de regulação do setor (CORBUCCI; KUBOTA; MEIRA, 2016);
- g) tensões entre os agentes pela mudança à “federalização” das IES estaduais e municipais (ALBINO, 2017);
- h) a desconcentração de IES gerou novas concentrações regionais em polos de crescimento (DE CARVALHO, 2018);
- i) taxa de empregos formais, emprego público e renda *per capita* sem variação em curto prazo em municípios sede de institutos federais (DE FAVERI; PETTERINI; BARBOSA, 2018);
- j) aumento da desigualdade de renda e diminuição do nível de escolaridade de pessoas adultas nos municípios das regiões com *campus* de universidade federal (NIQUITO; RIBEIRO; PORTUGAL, 2018);
- k) apesar do impulso inicial com gastos em implantação e funcionamento, ainda há grande dificuldade em gerar os saltos de produtividade esperados (BARBOSA; PETTERINI; FERREIRA, 2020).

O modelo da universidade do desenvolvimento (*Developmental university*) tem se tornado cada vez mais frequente, também em contextos periféricos como o Brasil, para facilitar as mudanças necessárias para alcançar objetivos quer seja econômicos, sociais ou ambientais de regiões. O modelo da universidade do desenvolvimento, segundo McCowan (2019), resgata padrões universitários de metade do século XX baseados no padrão estadunidense de universidade de suporte à agricultura e à indústria pesada para desenvolver uma relação mais permeável com as comunidades do entorno.

McCowan (2019) destaca dois tipos diferentes dentro do modelo de universidade do desenvolvimento: as universidades carro-chefe (*Flagship university*) e as universidades experimentais (*Experimental university*). As universidades carro-chefe são guiadas por interesses nacionais e, em grande parte, estão localizadas nas capitais nacionais, muito procuradas pelos estudantes e com estreitos laços com o governo. As universidades experimentais, situadas em regiões empobrecidas em áreas periféricas e com um público-alvo de populações historicamente desassistidas, vêm sendo priorizadas na atualidade comparativamente às universidades carro-chefe do século XX por sua capacidade de “produzir” desenvolvimento local.

Em período recente, de desindustrialização brasileira, os agentes municipais da educação (políticos locais, professores, mídia local, sindicatos e movimentos sociais articulados) passam a se mobilizar e disputar a implantação também de instalações de ensino superior para dinamizar suas respectivas regiões, em especial no interior dos estados, para suprir a necessidade de instituições capazes de promover crescimento local. Somado a isto tem-se um passivo histórico de centros de ensino e pesquisa que Santos e Silveira (2000) denominaram de “Fronteira Educacional” no interior do Brasil.

Os lugares então se organizam e entram em disputa por instalações modernas, como no caso da implantação de unidades fabris, conformando uma disputa entre as regiões no contexto da “guerra dos lugares”. Para Santos e Silveira (2001), “[...] o lugar deve, a cada dia, conceder mais privilégios, criar permanentemente vantagens para reter as atividades de empresas, sob ameaça de um deslocamento”. A guerra dos lugares pode ser considerada como sucessora da guerra fiscal que se define por uma desresponsabilização do Estado nacional em alocar recursos, estabelecendo um padrão de competitividade entre municípios e regiões para disputar empreendimentos industriais (ABDAL, 2017).

Ainda sobre a guerra dos lugares, Santos e Silveira (2001) consideram que cada lugar ou região deve ser considerado/a como um verdadeiro tecido no qual as condições de infraestrutura, recursos humanos, fiscalidade, organização sindical e força reivindicatória afastam ou atraem atividades em determinado momento. A dinâmica não se apresenta no espaço no mesmo período de tempo, sobretudo em tempos de globalização.

Em um processo no qual há perdedores e ganhadores, as IES assumem uma vocação de *empreendimento* possível. Ironicamente, em 50 anos as universidades passam de apoio científico e instituições para a formação de quadros para a industrialização nascente (SUCUPIRA, 1973; SHAPIN, 2012) para se tornar uma alternativa diante da desindustrialização ou, como prefere Diniz (2012), servindo de base para a desconcentração produtiva nacional.

Para um município do interior, possuir IES configura-se em *vantagem comparativa*, por isso muitos agentes da expansão passam a atuar em várias frentes, tanto públicas federais como estaduais e, também, privadas em menor grau. Brandão (2019) afirma que há um aumento do interesse pelo tema da educação superior para o desenvolvimento regional e analisa que, a partir da expansão do sistema universitário, houve mobilização dos agentes locais em busca de novas possibilidades por meio de instalações universitárias estaduais e municipais no *gap* da intervenção pública federal.

Neste sentido pretende-se discutir as principais metáforas relacionadas à expansão de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil encontradas em fontes documentais e bibliográficas, utilizadas frequentemente para designar essas instituições, e relaciona a contribuição da categoria empírica do *empreendimento universitário* para compreensão da expansão pública e privada a partir do início dos anos 2000. A sistematização das fontes documentais e bibliográficas deu-se por um período de 2015 a 2020 em que se anotaram algumas figuras de retórica que se aplicavam constantemente, no discurso oral ou escrito, à expansão de novos *campi*. Em parte, o ponto de partida da pesquisa se deve à experiência dos autores com o tema no mestrado e no doutorado do Programa de Pós-graduação.

Como procedimentos metodológicos foram realizadas buscas através de motores disponíveis na internet, com rigor científico, privilegiando escritos acadêmicos como teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, livros e artigos científicos publicados em revistas especializadas ou em anais de eventos acadêmicos. Igualmente, foram pesquisadas notícias na mídia eletrônica, pois agentes da expansão do ensino superior utilizavam-na com frequência para justificar suas intenções, alcançando um público regional.

As figuras de linguagem – metáforas – foram organizadas de modo a constituir um fio condutor, muito embora sejam importadas de contextos estrangeiros, sobretudo da literatura inglesa, aplicadas no Brasil para designar um posicionamento frente às ciências, à erudição ou ao intelectualismo que atravessam os séculos, como em *Torres de marfim*. As comparações, no entanto, têm visado mais recentemente atingir a dimensão física ou a localização das instalações universitárias: os *campi*, sua infraestrutura, ou ainda um território específico. A utilização de metáforas, portanto, expõe uma noção político-ideológica e, com isso, uma noção de desenvolvimento para determinada região.

Num primeiro momento o artigo apresenta o conjunto das metáforas encontradas para designar as IES brasileiras e, a seguir, discute-as separadamente. Cada uma das cinco metáforas – *Torres de marfim*, *Castelos dos saberes*, *Elefantes brancos*, *Catedrais no deserto* e *Fábricas sem chaminés* – é analisada de forma a evidenciar um deslocamento da ênfase da retórica: de lugares da ciência para se tornarem *empreendimentos* com uma infraestrutura provisória, precária ou diminuta se comparada à das universidades de prestígio e que possuem uma localização precisa no território.

### As metáforas utilizadas para designar as Instituições de Ensino Superior (IES)

As metáforas de que são tratadas aqui, são muitas vezes utilizadas, como mote de fúria, mesmo que não se perceba, outras vezes por puro escárnio, para resumir discussões ou mesmo encerrá-las ou condicionar as opiniões. Falar sobre essas metáforas é muito polêmico dentro da academia e seu emprego em debates geralmente polariza opiniões. São usadas como um anátema, isto é, ao expor o risco de chacota institucional, conclama os leitores ou ouvintes a evitá-la ou para punir seus oponentes, como Chauí (1989) recorda sobre o uso de alcunhas.

O Quadro 1 apresenta uma síntese das metáforas encontradas.

**Quadro 1** – Síntese sobre as metáforas utilizadas quanto à ênfase, objetivo e contraponto

Metáfora	Autores	Ênfase	Objetivo	Contraponto
<i>Torres de marfim</i>	Sucupira (1973) Shapin (2012) Buarque (2014) Alcântara et al. (2016)	Ciências	Questionar a utilidade das ciências e da academia para enfrentamento dos problemas “práticos” da nação em oposição à pecha de “teórico” como sinônimo de inútil.	Defesa da tradição de autonomia acadêmica e liberdade das universidades por meio de um distanciamento reflexivo necessário à prática científica.
<i>Castelos de saberes</i>	Alves e Seminotti (2006) Oliveira Júnior (2011, 2019a, 2019b) Alves (2013) Moreira (2014) Ramminger (2014) Bedin (2017) De Souza e Rodrigues (2018)	Instituição	Produzir um enfrentamento do distanciamento da instituição e da ciência enquanto tradição. Também, promover maior diálogo da universidade com a população.	Defesa do investimento público e privado em instituições tradicionais como as universidades. As IES são compreendidas como patrimônio que precisa ser preservado.
<i>Elefantes brancos</i>	Carrico (2008) Nacif (2010) Gonçalves (2013) Britez e Helene (2014) Euclides (2019)	Infraestrutura / instalações	Criticar a viabilidade, dimensão, subutilização, inadequação ou monofuncionalidade das instalações universitárias.	As instalações universitárias podem ser a solução para <i>Elefantes brancos</i> de outras atividades abandonadas nas cidades como fábricas, escolas ou outras edificações abandonadas.



Metáfora	Autores	Ênfase	Objetivo	Contraponto
<i>Catedrais no deserto</i>	Vainer e Araújo (1992) Morgan (1997) apud Serra, Rolim e Bastos (2018) Diniz (2012)	Localização	Criticar a pertinência, a escala e a eficiência do empreendimento universitário em determinado local com perspectiva de desenvolvimento.	Descentralização e desconcentração de investimentos públicos (inversões) em novas instalações universitárias capazes de condicionar a oferta e gerar novas demandas educacionais.
<i>Fábricas ou Indústrias sem chaminés</i>	Jornal da UEM (2005) Lançadas (2013) Assessoria de comunicação (2016)	Empreendimento	Promover o empreendimento universitário enquanto um catalisador de desenvolvimento econômico, social e ambiental de uma região.	Os impactos negativos são subdimensionados ou negligenciados. Disputas entre os agentes para captar os impactos positivos em que haverá perdedores no processo de criação de um <i>campus</i> .

Fonte: Elaborado pelos autores.

Cabe destacar que as metáforas analisadas possuem “nome” e “sobrenome”. Em primeiro lugar, “Torres”, “Castelos”, “Catedrais” e “Fábricas” apresentam-se como algo edificado, construído e de grandes dimensões representativo de um lugar histórico específico, do mais antigo ao contemporâneo. Mesmo no caso de *Elefante branco*, que designa um animal, quando utilizado como recurso retórico o termo refere-se comumente a uma edificação inacabada, ou mesmo que tenha sido concluída, fica implícito o tom de deboche. Por sua vez, o sobrenome dessas metáforas – “de marfim”, “dos saberes”, “brancos”, “no deserto” e “sem chaminés” – se apoiam na compreensão da ênfase da crítica de algo difícil de lidar, a reformar, para mudar ou mesmo, que se deve destruir.

As metáforas “*Torres de marfim* e *Castelos dos saberes* são geralmente empregadas no plural, numa aplicação genérica para designar a universidade de modo amplo abrangendo todas as universidades existentes. Mas é mais comum o uso dos termos *Elefante branco* e *Fábrica sem chaminés* no singular, com o intuito de particularizar uma única instituição entre as demais. Somente *Fábricas sem chaminés* é tomado em sua forma positiva, ou seja, conforma um elogio a uma proposta de universidade ou a uma parte desta.

A seguir, são analisadas separadamente as metáforas encontradas.

### **Torres de marfim**

O termo *Torres de marfim* evoca a beleza e o caráter icônico da construção em si em formato de torre, como edifício alto privilegiado e que pretende abarcar a paisagem, e com isso dominá-la; a importância da sua localização e infraestrutura é secundária. Seu principal material, o marfim, é obtido por meio da brutalidade da morte de elefantes e transformado pela mão humana em objeto trabalhado e de elegante pureza por sua cor branca pálida e

polida como sinônimo de imaculado. O esmero aqui aparece como uma analogia ao mesmo tempo delicado, vertical e inútil.

Para Sucupira (1973), havia tensões, nos anos 1970, em torno da vocação da educação superior voltada para a função ensino e para a função pesquisa diante das exigências do desenvolvimento econômico e das sociedades industriais, tendendo para o atendimento de questões ligadas à pesquisa. O modelo norte-americano de universidade dedicado à extensão e ao serviço social confrontava com a ideia do refúgio intelectual da *Torre de Marfim*. Para Sucupira (1973), “a universidade, que nasceu num claustro, tornou-se agora uma arena”.

Segundo Shapin (2012), o termo *Tower of Ivory* (Torre de marfim) tem sido largamente aplicado à universidade, e por consequência às ciências, de modo a criticar as instituições consideradas pouco relevantes. Para o autor, o termo de origem bíblica se distancia das artes ao longo do século XX e passa a ser empregado para designar as universidades como algo *deformado*, que precisa ser corrigido, ou melhor, *reformado*. As considerações alcançam um nível ao mesmo tempo prático e simbólico de posicionamento das universidades para criticar sua arrogância e desengajamento com relação aos problemas da ordem do dia.

Ainda, Shapin (2012) explica como o termo foi empregado para inquirir a função humanística diante da urgência política e cultural de resolução dos problemas da nação nos Estados Unidos. O emprego de *Torres de marfim*, portanto, pretende que a pesquisa aplicada sobrepuje a pesquisa básica com interesses voltados à industrialização. Tratava-se de destruir ou abandonar a *Torre de marfim* (universidades) e o apelo moral de políticos e gerentes para com o dever dos cientistas diante das novas circunstâncias, desde um *compromisso cívico* para engajamento até as implicações das descobertas científicas e a responsabilização da Ciência diante do “bom” uso da tecnologia.

Houve também uma reviravolta no emprego do termo *Torres de marfim* com a defesa da liberdade e autonomia científica ao resignificá-lo para resguardar o interesse de sempre questionar o estabelecido. O distanciamento como uma norma para que a curiosidade glorificasse uma vida científica contemplativa, para Buarque (2014), tem sido utilizado falsamente como noção de autonomia universitária confundida com arrogância a partir de um isolamento da sociedade. Conforme Alcântara et al. (2016), a aplicação do termo *Torre de marfim* expõe uma falsa dicotomia entre teoria e prática na direção de uma lógica de mercado que tem a pretensão de estabelecer uma utilidade técnica e instrumental do ensino.

O emprego, portanto, quase sempre desmoralizante de *Torres de marfim* pressupõe que a atividade intelectual e acadêmica esteja cada vez mais voltada ao desenvolvimento econômico. A ambição é de que a instituição seja desenhada de “fora para dentro” para os interesses do “mercado”, compreendidos como os mesmos interesses da sociedade em que está inserida.



## Castelos de saberes

O termo *Castelos dos saberes* originou-se provavelmente do livro de astronomia *The castle of knowledge*, de Robert Recorde (1556), cuja capa continha um dilema altamente simbólico ao apresentar dois personagens: Destino (heliocentrismo) e Fortuna (teoria ptolomaica) contrapondo o dilema de Galileu sobre a afirmação do movimento dos astros, defendendo a tradição da filosofia aristotélica. O *Conhecimento* é representado como um castelo (troféu textualmente abaixo) para aqueles que respeitam a tradição das sociedades, muito embora também apreciem o progresso das novas teorias. O emprego mais recente de *Castelo dos saberes*, igualmente, revela uma espécie de destacamento por outras formas saberes, mas ainda que reconhecida verga-se diante do apego à tradição da instituição universitária, que deve ser preservada.

O termo “castelo” designa um refúgio confortável e seguro longe das adversidades (externas) da sociedade com o afastamento em uma vida monárquica usufruto do produto da ciência. *Castelo de saberes* pode ser uma edificação a ser construída ou destruída, a depender da posição de quem a utiliza e que pretende, segundo a postura dos partícipes da ciência, prestigiá-la ou adequá-la.

Para Bedin (2017), trata-se de uma nova postura ou posicionamento para superar as adversidades, como edificar a partir das críticas com a dupla conotação de pedra, ao mesmo tempo obstáculo e alicerce de uma nova edificação. Alves e Seminotti (2006, p. 70) propõem desconstruir o *Castelo de saberes*, que poderia “[...] valorizar a minúcia, o detalhe, o óbvio, produzido nas inter-relações, articulações, recursões, socializações entre sujeitos e realidades tão distintas e distantes e, ao mesmo tempo, tão semelhantes e próximas, quando tomadas sob a dimensão da exclusão social”.

Já para Ramminger *et al.* (2014), *Castelo de saberes* designa o lugar onde o conhecimento acadêmico funciona como o “adorno” em vez de transformar a realidade vivida. A crítica exclui a ideia de que a universidade seja o único lugar para produção de conhecimento e que deveria atuar com maior *permeabilidade* aos saberes cotidianos. Os autores advogam a favor de a *partilha de experiências* e saberes no lugar de seu *encastelamento*.

Para Oliveira Júnior (2011, 2019b), trata-se de isolamento a ser evitado pelas instituições *inter* e *extramuros*. O autor propõe que a superação desse *Castelo de saberes* se dará com a transformação do espaço da universidade no sentido de garantir *produção científica*, de modernidade e de um futuro. Aqui, *Castelo de saberes* é aplicado como crítica à *tradição* das universidades enquanto instituições conservadoras, não por acaso apontando sua origem medieval por intermédio da analogia aos antigos muros utilizados para defesa do que é *exterior* a ela.

Para Alves (2013, p. 148), o termo *Castelo dos saberes* trata também de sublimação intelectual do conhecimento expresso como “ensinar apreendidos em um processo de formação em que os modos do existir se expandem para além dos limites de domínios isolados em torres de Castelos de saberes inatingíveis”.

Contrariamente ao até aqui exposto, Moreira (2014) exalta a própria experiência no tirocínio acadêmico e profissional voltado à Educação de Jovens e Adultos (EJA) de que se pode lançar mão, construindo um *castelo de saberes* como ferramental de soluções obtido através da interação aberta entre educando e educador.

Da mesma forma, De Souza e Rodrigues-Carvalho (2018) sugerem que sejam defendidos os *Castelos de saberes* que são as instituições como fundações, museus e universidades como abrigo contra o desamparo, ataques e ameaças à ciência. As autoras em questão se posicionam pela defesa desses “monumentos” ou “ícones do conhecimento” que são as Instituições da ciência. Propõem o investimento robusto em infraestruturas para evitar maiores tragédias como o incêndio ocorrido em 2018 no Museu Nacional ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

## **Elefantes brancos**

*Elefante branco* designa a posse inútil ou problemática, especialmente aquela de manutenção dispendiosa e da qual é difícil se desfazer. Tem origem na história do rei de Sião, que dava o sagrado animal como presente aos cortesãos dos quais não gostava, a fim de arruiná-los por conta das despesas necessárias para mantê-lo (OXFORD LEXICO, 2019).

O termo *Elefantes brancos* vem da língua inglesa *White elephants* e é amplamente empregado para designar obras falidas, em ruínas ou em condição de abandono antes de concluídas, cujo custo de finalização será maior do que os benefícios originados. Pouco aplicado a fábricas, é utilizado com mais frequência para referir-se a obras públicas como aeroportos, barragens, pontes, shoppings, estádios, teatros, auditórios, e extensivo às universidades. É o termo com maior carga negativa entre os analisados e impõe ao total descrédito aquela obra e seus idealizadores. A localização espacial na metáfora do *Elefante branco* parece ter menos importância de que sua efetiva *manutenção*, colocando em suspeição a viabilidade de sua reprodução. Trata-se de um erro que não se quer que se repita.

Conforme Gonçalves (2013), o termo é bastante utilizado para designar as obras de grandes eventos como as obras das Olimpíadas ou da Copa do Mundo e outras de infraestrutura na esteira. Para o autor, o espaço passa a ser caracterizado como de pouco uso ou em desuso e posterior abandono, de forma a assegurar obsolescência programada de equipamentos urbanos. *Elefante branco*, portanto, põe em evidência o investimento público e a crítica busca quase sempre alcançar novo patamar, o nível do planejamento das intenções por trás do objeto, isto é, a Política Pública ou mesmo de governos que desenharam a

proposta, no caso das IES, as políticas públicas de expansão ou financiamento público, principalmente, por sua *subutilização*.

No âmbito universitário, *Elefantes brancos* foi empregado de formas distintas, como em Carrico (2008), que designou o estranhamento na percepção de uma aluna com deficiência sobre a presença dela mesma nas instalações universitárias. Esse estranhamento também é explorado no *Technology, Entertainment, Design – TEDx “Colorindo Elefantes Brancos”*, ocorrido na Universidade Federal do ABC, que expõe que os espaços universitários são passíveis de se tornar visíveis e abordarem diversas opiniões intocadas e desprezadas, que poderiam ser mais *empreendedoras*, sustentáveis e com atuação social. Muito embora a iniciativa de colorir os *Elefantes brancos*, a partir do que sugerem Brites e Helene (2014), seja algo a se espantar, se esquecer, se evitar, se assustar, se livrar e se esconder. Uma solução multifuncional, para os autores, poderia aliviar as estruturas universitárias do *fiasco* por serem grandes, robustas e monofuncionais. É justamente sua “monofuncionalidade”, isto é, serve unicamente para um fim, o que incomoda os ouvintes.

O termo *Elefante branco*, quando associado – mesmo quando não intencionalmente – à universidade pública, acaba por mais uma vez criticá-la, quer seja por sua *dimensão*, *singularidade* ou mais comumente *incompletude*. Contraditoriamente, as Instituições de Ensino, por seu programa de necessidades versátil que comportam ambientes institucionais de diferentes tamanhos e diversidade ampla de arranjos espaciais possíveis, têm oferecido uma solução para os “Elefantes brancos” urbanos, que são as instalações abandonadas pelo Estado, da indústria ou grandes contêineres de consumo como os shoppings, conforme Euclides (2019), por serem um “caminho para diversificação econômica”.

Em Carta Resposta à reportagem da revista *Veja* intitulada: “Pecados pouco originais”, o ex-reitor da Universidade do Recôncavo da Bahia (UFRB) Paulo Nacif (2010) responde sobre a pergunta realizada pelo jornalista sobre a instituição, se não seria um “*Elefante branco no meio do sertão*?” A crítica sobre as instalações encontra um lugar e é a partir da observação desses lugares que as metáforas mais recentes terão maior efeito. O auxílio de um “no meio do sertão”, neste caso, ajuda a recalcar a condição já terrível de se ter um presente caro que não se pode manter, pois ele está longe de tudo: da demanda universitária e, principalmente, dos grandes centros.

### **Catedrais no deserto**

No Brasil, sua aplicação se deve em parte a Vainer e Araujo (1992), que denominaram “Catedrais no deserto” os investimentos em infraestrutura como as hidrelétricas nos anos 1970, indispensáveis no discurso estatal para promover os polos de crescimento no interior do Brasil. O termo, no entanto, teria sido criado pelo político Luigi Sturzo, em italiano *cattedrale nel deserto*, para

[...] indicar grandes e custosas empresas industriais por conta do Estado em zonas consideradas sem adaptação, no caso a Sicília, tomado por esta inicialmente e depois generalizada com tom polêmico para referir-se a **plantas industriais** deslocadas em áreas reprimidas, sem adequada previsão de funcionalidade de infraestrutura existente e por isso, desproporcionais, antieconômicas, incapazes de iniciar **um real processo de industrialização** (CALZOLAIO, 2019, tradução e grifos nossos).

*Catedrais no deserto* designa, pejorativamente, as instalações industriais utilizando a figura de retórica de “catedrais”, para garantir maior apelo popular tendo como contexto a Itália, um país majoritariamente católico. A construção narrativa então recai sobre deserto (interpretado como um lugar árido e inóspito) e, indiretamente, sobre os fiéis (população afetada) e tem um forte viés econômico para criticar o investimento em infraestruturas, tal qual em *Elefantes brancos*. A metáfora lança luz sobre a questão da localização espacial e a alocação de recursos por parte do Estado.

A perspectiva de otimização das condições materiais no sentido de eficiência coloca em evidência a questão da melhor localização da oferta (instalações) e de demanda (matrículas ou pesquisas) para obter maiores resultados. Portanto, a crítica recai tanto sobre políticas públicas de expansão de Ensino Superior como sobre sua feição material, que são as instalações. A aversão ao desperdício de recursos se recoloca não só no nível da manutenção de uma infraestrutura, como em *Elefante branco*, mas na etapa de seu planejamento.

Ao criticar a localização de infraestruturas em determinado território, está se sugerindo que o investimento seria mais bem aplicado em grandes centros, ou mesmo que devemos nos ater a melhorar as infraestruturas já existentes. Essa discussão é pertinente às universidades com relação ao enfrentamento entre *expansão* e *consolidação*, que coloca em evidência a importância de critérios locais como população, distância de grandes centros e de outras IES já existentes para instalação de novos *campi*. Oliveira Júnior (2019a), ainda que utilize o termo *Castelo de saberes* em vez de *Catedrais no deserto*, propõe um protagonismo das universidades para o impacto local, além de afirmar também que os efeitos negativos ou positivos são surpreendentes, e questiona a conformação de novos polos de crescimento econômico a partir da instalação de universidades em regiões reprimidas e em estagnação.

Para Diniz (2012), trata-se de critérios mais bem afinados em termos geográficos, econômicos e de potencialidades para evitar as *Catedrais no deserto* através de uma disposição orientada e planejada das infraestruturas, viabilizando *macropolos* regionais para fomentar a desconcentração de serviços públicos. O autor explica também que as instituições universitárias como polos de pesquisa poderiam conformar centralidades complementares na

porção interior do país para integração com a América do Sul e região amazônica. A questão do fenômeno de desconcentração relativa da produção industrial para o interior teria que ser erguida sobre um lastro disponibilizado pelas instituições, como as IES.

Muito embora, conforme salienta Morgan (1997) apud Serra, Rolim e Bastos (2018), a pesquisa universitária tenha baixa capacidade de ligações com sistemas regionais, colocando em evidência estrutura esvaziada, isto é, uma *Catedral no deserto*. Nem todas as regiões podem, portanto, capturar igualmente os efeitos positivos da implantação de universidades, pois apesar de atuarem como importantes “fábricas” de desenvolvimento e disseminadoras culturais, e que seja percebido seu papel como ator crucial para o desenvolvimento regional, importa muito o perfil socioeconômico das regiões onde estão localizadas essas instalações (SERRA; ROLIM; BASTOS, 2018).

### **Fábricas ou Indústrias sem chaminés**

Originalmente e em maior grau, o termo *Indústria sem chaminés* é aplicado ao setor do turismo e, em época recente, aos parques científicos e tecnológicos e outros equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) como *startups*, incubadoras, laboratórios, empresas júniores, fazendas-modelo, áreas experimentais. Essas atividades, muito mais presentes no caso brasileiro, são geridas a partir das Instituições de Ensino Superior.

O uso de *Fábricas sem chaminés* visa popularizar a ideia da universidade como um *empreendimento* em uma noção que mobiliza agentes a atuarem em seu nome como alternativa viável de *desenvolvimento local*, frente a um fenômeno de escassez de alternativas deixadas por atividades econômicas e industriais. Por esta razão, a metáfora é utilizada em sentido *positivo*, ao contrário das demais, pois visa posicionar o leitor ou ouvinte a seu favor como *ferramenta de convencimento*.

Comparar as universidades com fábricas avança em sentido semântico, pois se torres, castelos ou catedrais estão para reis, déspotas, papas, clérigos ou imperadores, interpretados como espaços de política e tirania, as fábricas estão mais próximas do público como lugares dinâmicos nas cidades. Igualmente, se não utilizamos supermercado (CHAUÍ, 1989) como sinônimo de consumo e empregamos o termo indústria como sinônimo de produção, não por acaso significa dizer: mais importa o que as IES podem produzir, ou de fato produzem, e não quem consome suas dependências!

Essas *Fábricas sem chaminés* colocaram em disputa os agentes de diferentes localidades para conquista de instalação universitária, levando a uma *guerra dos lugares* conforme Santos e Silveira (2000), pois as pressões dentro e fora do ambiente universitário para a instalação de IES colocaram em evidência que haveria ganhadores e perdedores durante esse processo. O que pode ser representado nos textos a seguir: “A UEM era a Indústria sem chaminés de Maringá”, [...] referindo-se ao papel da instituição para o

crescimento da cidade; ou “Sem a UEM Maringá *não passaria de uma cidade interiorana*” (JORNAL DA UEM, 2005, grifos nossos).

Ou ainda:

“É um marco, um antes e depois para Santa Carmem, porque a UFMT além de trazer o ensino que é muito importante para trazer alunos, professores, movimentar a cidade. Diria que é uma Indústria sem chaminés. Isso vai fazer a diferença [...] Tendo aí 2,5 mil acadêmicos vindo para estudar, *vai movimentar o comércio, todos vão ganhar*”, afirmou o prefeito (LANÇADAS, 2013, grifos nossos).

E também:

Destacamos seu maior patrimônio: seus professores, funcionários técnico-administrativos e alunos que, por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, tornou-se a maior Indústria sem chaminés que produz conhecimento, inovação e desenvolve novas tecnologias [...] *e tem previsão de vários investimentos até o final do ano em infraestrutura e qualificação de seus colaboradores* (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO, 2016, grifos nossos).

O emprego de *Fábrica sem chaminés*, por sua vez, busca credenciar as regiões a colherem as externalidades positivas da sua implantação como a vinda de professores qualificados, emprego e renda durante a construção dos edifícios, para garantir um dinamismo local em curto prazo. O uso do termo não tem a intenção de causar as externalidades negativas que as indústrias produzem, como poluição, trânsito e pressão sobre recursos. Por isso, é utilizado para evitar o debate, conformar “consenso” com a ideia de que todos vão ganhar, para que os ligames entre os agentes sejam superados e as diferenças deem lugar a uma sorte de *bem comum*. Da mesma forma, o termo busca aludir à sustentabilidade ambiental de uma tecnologia limpa, já que *sem chaminés* constituiria um discurso para encampar uma ideia ecológica a que não é possível se opor.

Ainda que ao longo da trajetória institucional possa se inferir sobre ganhos diretos em longo prazo, permanece em curto prazo a iniciativa recorrente de justificar a implantação através dos ganhos indiretos, a universidade passa a ser considerada pelos agentes um *empreendimento* que irá dinamizar a economia local com atração de alunos e professores, construção de edifícios e novas atividades de serviços e consumo.

A transformação de uma instituição em um *empreendimento* visa racionalizar o sistema de educação superior, ou seja, organizá-lo nos moldes dos princípios da produção capitalista conforme recorda-nos Catani e Oliveira (2002), a fim de tornar estas instituições mais eficientes, competitivas e produtivas para imprimir um novo estilo de desenvolvimento científico e tecnológico e condicioná-las às necessidades do capital produtivo.

A visão de *empreendimento universitário* que pode ter êxito ou fracasso e depende da mobilização dos agentes em torno de uma disputa por estas instalações terá ganhadores e perdedores. Esta estratégia expõe também como a política de redução de desigualdades



pode causar novas assimetrias em um contexto periférico como o interior do Brasil. Não significa dizer também que a capacidade de mobilização dos agentes seja diretamente relacionada à capacidade de produzir conhecimento, pesquisa e profissionais qualificados, pois outros fatores condicionam o desempenho das instalações nos lugares em que se inserem.

À guisa de conclusão, Diniz e Vieira (2015) alertam que as atividades centrais das IES tendem a envolver e a se realizar em esferas nacionais e internacional e as ligações com a comunidade e entorno local mais próximo são débeis, configurando uma territorialidade ao mesmo tempo complexa e contraditória. Muito embora políticas nacionais tenham sido criadas para estimular o engajamento das IES no combate das desigualdades regionais, traduzido no Brasil como atenuação de assimetrias existentes durante os últimos anos, pouco tem sido realizado a respeito.

Também, as instituições universitárias são instituições científicas, educativas e sociais singulares que tem servido aos propósitos da reprodução de poder e estruturas existentes, bem como à sua transformação (CATANI; OLIVEIRA, 2002). Não se pode esperar que as instituições mudem a realidade do seu entorno a partir unicamente da sua presença física e material nestes lugares, mas sim que venham a ser condicionadas a servir aos propósitos pelos quais estão ali.

### **Considerações finais**

As metáforas *Torres de marfim* e *Castelos dos saberes* lançam luz sobre uma postura da comunidade acadêmica e o que representam enquanto *Ciências* e *Instituição*, uma cobrança para um engajamento em favor do *mercado*, no primeiro caso, e do *diálogo*, no segundo. Ambas possuem como pano de fundo uma crítica ao idealismo acadêmico baseado em uma tradição desinteressada ou presunção de verdade. O alcance da aplicação do termo reside no condicionamento de um *pensar diferente* e livrar-se de um olhar *de fora* ou mesmo *de cima*, por isso *Castelo* e *Torre*, respectivamente. A ambição de quem as utiliza é de que a universidade seja *reformada* em suas bases espirituais mais do que materiais e que estabeleça maior diálogo no interior da comunidade científica em um esforço de elaboração de soluções para os problemas vividos.

Para *Elefantes brancos* e *Catedrais no deserto* nos aproximamos de uma crítica mais elaborada com relação à materialidade física dessas Instituições de Ensino, isto é, sua *infraestrutura* e sua *localização*. Ambas visam colocar em xeque a capacidade dos mentores das políticas públicas em elaborar ou executar planos quer seja de reestruturação universitária ou financiamento público em contextos periféricos como o interior do Brasil. A *medida justa* implícita na crítica indica uma advertência para o comedimento maior: ou instalações mais modestas ou concentrá-las em grandes centros.

Trata-se de um problema de *escala* em que não leva em consideração que os *investimentos* podem ser ao mesmo tempo estruturantes e gerar nova atratividade em termos de oferta e demanda educacional. É justamente a escassez de atrativos econômicos locais, como as *indústrias*, que coloca em evidência o papel de agentes locais a competir por novos *empreendimentos educacionais*. Neste contexto, há disputa para obtenção de uma instalação universitária, pública ou privada, em que haverá ganhadores e perdedores.

O uso de *Fábricas sem chaminés* visa conformar um *consenso* e anular as diferenças políticas e ideológicas em torno de uma proposta de *empreendimento*, ainda que os impactos positivos de uma perspectiva de *Desenvolvimento* não estejam evidentes no momento da *criação*, venham a ser limitados durante a *implantação* e poderão se tornar evidentes na *consolidação* da IES.

Indicam-se estudos que tratem justamente da avaliação dos impactos da instalação de novas IES públicas e privadas com relação a sua infraestrutura e localização no interior do Brasil em longo prazo. O trabalho de interpretação de metáforas teve a pretensão de enriquecer o debate a partir de um ponto de vista pouco usual na pesquisa, ainda que ensaístico, acerca do tema recente e cíclico do fenômeno de expansão e interiorização do Ensino Superior no Brasil.

## Referências

ABDAL, Alexandre. Desenvolvimento regional no Brasil contemporâneo: para uma qualificação do debate sobre desconcentração industrial. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, v. 36, n. 2, p. 107-126, jul. 2017.

ABMES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR. Diagnóstico das pequenas e médias Instituições de Ensino Superior Privadas no Brasil: indicações para melhoria da competitividade. *Revista da ABMES*, n. 41, ano 29, 2014.

ALBINO, Luciano. Ensino superior e desenvolvimento regional: o exemplo da Universidade Estadual da Paraíba, *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 5, n. 2, p. 5-2, 2017.

ALCÂNTARA, Valderi de Castro et al. A solution through praxis? Reflections about the Ivory tower metaphor and the indissociability between theory and practice in organizational studies. *Mackenzie Management Review*, v. 17, n. 5, p. 15-35, sept.-oct. 2016.

ALVES, Luiz Claudio Ferreira. *Travessias nos modos de existir na espacialidade: ser intelectual docente*. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

ALVES, Miriam Cristiane; SEMINOTTI, Nedio Antônio. O pequeno grupo “Oficina de Capoeira” no contexto da Reforma Psiquiátrica. *Revista Saúde e Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 58-72, jan./abr. 2006.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. *Revista Estudos Avançados*, v. 11, n. 29, p. 7-36, abr. 1997.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – URI Santo Ângelo. *URI comemora 24 anos nesta quinta-feira*. Santo Ângelo, 19 maio 2016. Disponível em:

[www.radiosantoangelo.com.br/noticias/geral/id/6860/uri-comemora-24-anos-nesta-quintafeira.html](http://www.radiosantoangelo.com.br/noticias/geral/id/6860/uri-comemora-24-anos-nesta-quintafeira.html). Acesso em: 5 fev. 2020.

BARBOSA, Marcelo Ponte; PETTERINI, Francis Carlo; FERREIRA, Roberto Tatiwa. Política de expansão das universidades federais: é possível potencializar os impactos econômicos? *Revista Administração Contemporânea*, v. 24, n. 1, p. 3-24, jan. 2020.

BEDIN, Maria Camila. *Espanhol para fins específicos no ensino superior tecnológico e formação docente: articulações, rumos e possibilidades*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BENATI, Maria Antonia Fernandes Nabarro de Oliveira et al. Lógica da constituição do ensino superior na região da Zona da Mata do estado de Rondônia – Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 15, n. 3, p. 256-264, maio/ago. 2019.

BITTENCOURT, Hélio Radke et al. Instituições de Ensino Superior Comunitárias: questões atuais. *Redes*, v. 19, n. 3, p. 248-269, set./dez. 2014.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Sessão Temática Desenvolvimento Regional – Velhos Problemas, Novos Desafios. *Anais de Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional*. Natal: ANPUR, 2019. (Comunicação oral).

BRITEZ, Carlos Amado; HELENE, Paulo. Como se livrar de um Elefante branco? *Revista Concreto & Construções*. São Paulo: IBRACON, 2014.

BUARQUE, Cristovam. *A universidade na encruzilhada*. São Paulo: Editora da UNESP, 2014.

CALZOLAIO, Francesco. *Cattedrali nel deserto*. Vocabolario Treccani. Disponível em: [www.treccani.it/magazine/lingua\\_italiana/domande\\_e\\_risposte/lessico/lessico\\_043.html](http://www.treccani.it/magazine/lingua_italiana/domande_e_risposte/lessico/lessico_043.html). Acesso em: 1 nov. 2019.

CARRICO, Janaina Speglich de Amorim. *Tapete vermelho para Elefante branco: o embate entre as diferenças dos alunos da Universidade*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

CHAUÍ, Marilena. Produtividade e humanidades. *Revista Tempo Social*, n. 1, v. 2, p. 45-71, 2. sem., 1989.

COÊLHO, Vítarque Lucas Paes. A política regional no governo Lula (2003-2010). In: MONTEIRO NETO, Aristides; DE CASTRO, César Nunes; BRANDÃO, Carlos Antonio. *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luis Claudio; MEIRA, Ana Paula Barbosa. *Reconfiguração estrutural da educação superior privada no Brasil: nova fase da mercantilização do ensino*. Brasília: IPEA, 2016.

DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. A expansão do ensino superior e as cidades médias: um estudo sobre a atuação da UERN/ Campus de Pau dos Ferros (RN). *Revista Política e Planejamento Regional*, v. 1, n. 2, p. 227-236, jul./dez. 2014.

DA SILVA, Allan Gustavo Freire; MONTENEGRO, Rosilene Dias; AGRA, Nadine Gualberto. Política de interiorização universitária e desenvolvimento regional: uma análise econômica da implantação da Universidade Federal de Campina Grande em Sumé – PB. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR)*, v. 15, n. 7, p. 316-329, dez. 2019.

DE BRITTO, Leonardo Chagas. A importância dos estudos sobre interiorização da universidade e reestruturação territorial. *Espaço e Economia*, n. 4, 2014.

DE CARVALHO, Francisco João de Deus. Educação superior pública no Rio Grande do Norte: expansão e interiorização. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento (RBPD)*, v. 7, n. 2, p. 241-263, maio/ago. 2018.

DE CASTRO, Íris Solange Pereira *et al.* O papel da terceira missão em regiões periféricas: o caso do apoio da Universidade Federal do Pará ao Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (2009-2015). In: SERRA, Maurício; ROLIM, Cássio; BASTOS, Ana Paula (org.). *Universidades e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva*. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018.

CATANI, Afrânio Mendes; DE OLIVEIRA, João Ferreira. Educação Superior no Brasil – Reestruturação e metamorfose das universidades públicas. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

DE FAVERI, Dinorá Baldo; PETTERINI, Francis Carlo; BARBOSA, Marcelo Ponte. Uma avaliação do impacto da política de expansão dos Institutos Federais nas Economias dos municípios brasileiros. *Revista Planejamento e Políticas Públicas (PPP)*, n. 50, jan./jun. 2018.

DE SOUZA, Sheila Maria Ferraz Mendonça; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia. Meteoritos, dinossauros, borboletas... e também saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, n. 34, p. 1-4, 2018.

DINIZ, Clélio Campolina. O risco da relitoralização. *Carta Capital*. São Paulo: Editora Confiança, 2012. Disponível em: [www.cartacapital.com.br/economia/o-risco-da-relitoralizacao/](http://www.cartacapital.com.br/economia/o-risco-da-relitoralizacao/). Acesso em: 30 jan. 2020.

DINIZ, Clélio Campolina; VIEIRA, Danilo Jorge. Ensino superior e desigualdades regionais: notas sobre a experiência recente do Brasil. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 36, n. 129, p. 99-115, jul./dez. 2015.

EUCLIDES, Éder. “Elefante branco” ganha vida com a faculdade UNA. Itabira, 20 ago. 2019. Disponível em: [www.euclideseder.com.br/pgaberto.php?id\\_cat=1&id=2466](http://www.euclideseder.com.br/pgaberto.php?id_cat=1&id=2466). Acesso em: 05 fev. 2020.

FERREIRA, André; SANTOS, Edson Almeida. Expansão da universidade pública e o seu impacto na economia local: microevidências a ampliação dos *campi* da UFF em Volta Redonda. *Revista Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 14, n. 1, p. 86-109, jan-abr. 2018.

FUSCO, Wilson; OJIMA, Ricardo. Educação e desenvolvimento regional: os efeitos indiretos da política de descentralização do ensino superior e a mobilidade pendular no estado de Pernambuco. *Revista Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR)*, v. 13, n. 1, p. 247-263, jan./abr. 2017.

GONÇALVES, Glauco Roberto. A lógica do “Elefante branco”: obsolescência programada do espaço na Copa de 2014. *Revista Ateliê Geográfico*, v. 7, n. 3, p. 240-256, dez. 2013.

*JORNAL DA UEM*, Indústria sem chaminés, Maringá, 20 maio 2005. Disponível em: <http://www.jornal.uem.br/2011/index.php/edicoes-2005/24-jornal-20-maio-de-2005/90-india-sem-chamin>. Acesso em: 31 jan. 2020.

LANÇADAS obras da Fazenda Experimental da UFMT em Santa Carmem. *Portal Só Notícias*, 26 ago. 2013. Disponível em: [www.sonoticias.com.br/educacao/lancadas-obras-da-fazenda-experimental-da-ufm/](http://www.sonoticias.com.br/educacao/lancadas-obras-da-fazenda-experimental-da-ufm/). Acesso em: 31 jan. 2020.

MARQUES, Antonio Carlos Henriques; CEPÊDA, Vera Alves. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. *Perspectivas*, v. 42, p. 161-192, jul./dez. 2012.

MCCOWAN. Higher education for and beyond the Sustainable Development goals, *Palgrave Studies in Global Higher Education*, 2019.

MOREIRA, Maria Aparecida Sarmiento. *Histórias de vida dos educandos em EJA: a oralidade no ensino de Português*. 2014. TCC (Trabalho de conclusão de curso) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

NACIF, Paulo Gabriel Soledade. *Reitor diz que matéria de Veja é “preconceituosa, distorcida e manipulada”*, 5 abr. 2010. Disponível em: [www.viomundo.com.br/voce-escreve/reitor-da-ufrb-rebate-materia-de-veja-preconceituosa-distorcida-e-manipulada.html](http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/reitor-da-ufrb-rebate-materia-de-veja-preconceituosa-distorcida-e-manipulada.html). Acesso em: 05 fev. 2020.

NIQUITO, Thais Waideman; RIBEIRO, Felipe Garcia; PORTUGAL, Marcelo Savino. Impacto da criação das novas universidades federais sobre as economias locais. *Planejamento e Políticas Públicas*, v. 51, p. 367-394, 2018.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antonio de. *Instituição, espaço e desenvolvimento: o caso do Polo Moveleiro de Ubá, MG*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antonio de. De volta ao passado para entender o presente: podem as universidades serem os polos de crescimento. *Anais eletrônicos* [...] Natal: ANPUR, 2019. Disponível em: [anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1408](http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1408). Acesso em: 1 nov. 2019a.

OLIVEIRA JÚNIOR. Universidades: polos de crescimento do século XXI. In: PORTUGUEZ et al. *Olhares da geografia brasileira: dinâmicas ambientais e questões sociais na atualidade*. Ituiutaba: Barlavento, 2019b.

OXFORD LEXICO. *White elephant*. Disponível em: [www.lexico.com/en/definition/white\\_elephant](http://www.lexico.com/en/definition/white_elephant). Acesso em: 1 nov. 2019.

POCHMANN, Marcio; DA SILVA, Luciana Caetano. Concentração espacial da produção e desigualdades sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, v. 22, 2020.

QUEIROZ, Fernanda C. B. P. et al. Transformações no ensino superior brasileiro: análise das Instituições Privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado. Avaliação de Políticas Públicas Educacionais. *Ensaio – Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 21, n. 79, p. 349-370, abr./jun. 2013.

RAMMINGER, Tatiana et al. A Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um relato de experiência da integração entre a Universidade e a rede de atenção integral à saúde mental em Volta Redonda – RJ. *Pesquisa e Práticas Psicossociais*, v. 9, n. 1, p. 99-105, jan./jun., 2014.

RECORDE, Robert. *The castle of knowledge*. London, 1556. Disponível em: [library.si.edu/digital-library/book/castleknowledge00reco](http://library.si.edu/digital-library/book/castleknowledge00reco). Acesso em: 15 maio 2020.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de longo-prazo. *Revista da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 3, n. 1, p. 85-106, jun. 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. *O ensino superior público e particular e o território brasileiro*. Brasília: ABMES, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SERRA, Maurício; ROLIM, Cássio; BASTOS, Ana Paula (org). *Universidades e desenvolvimento regional – as bases para a inovação competitiva*. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018.

SHAPIN, Steven. The Ivory Tower: the history of a figure of speech and its cultural uses. *British Society for the History of Science*, mar. 2012. Disponível em: [scholar.harvard.edu/files/shapin/files/shapin\\_ivory\\_tower\\_bjhs.pdf](http://scholar.harvard.edu/files/shapin/files/shapin_ivory_tower_bjhs.pdf). Acesso em: 9 nov. 2019.

SUCUPIRA, Newton. *Condição atual da universidade e a Reforma Universitária Brasileira*. Brasília: MEC, 1973.

VAINER, Carlos Bernardo; ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VIEIRA, Danilo. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? In: MONTEIRO NETO, Aristides; DE

A expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) como empreendimentos regionais no Brasil –  
uma discussão a partir do uso de metáforas

CASTRO, César Nunes; BRANDÃO, Carlos Antonio. *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

VINHAI, Henrique Eduardo Ferreira. *Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil*. 246 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.